Estabelecendo a Verdade Histórica

R. Aristides Ribeiro

De certo tempo até o presente momento, têm surgido algumas versões a respeito de quem teria partido a iniciativa para a retomada da idéia com vista à reativação do projeto governamental, do qual, afinal, resultou a construção da atual barragem do "Araras" sobre o rio Acaraú.

Na qualidade de filho de Reriutaba, era do nosso conhecimento (do meu e de todos os santacruzenses de então — pois a cidade tinha o nome de "Santa Cruz") que, ainda na chamada "República Velha" (anterior a 1930), havia sido encaminhada à apreciação do Ministério da Viação e Obras Públicas, pela então *Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas* (IFOCS — era essa a denominação oficial do atual DNOCS), um certo projeto, que visava o barramento do rio Acaraú, possivelmente no lugar "Araras", encravado no distrito de Varjota, do citado município de Reriutaba. Na minha infância falou-se bastante no tal projeto, sem qualquer êxito para sua execução.

O assunto teve curso na mesma época em que o Governo Epitácio Pessoa tomou providências concretas com relação à barragem de "Órós", inclusive remetendo para lá toda uma parafernália de máquina e equipamentos indispensáveis à construção da obra.

Infelizmente, porém, com o advento do governo Artur Bernardes, o projeto "Orós" foi simplesmente abandonado, e aqueles equipamentos por lá mesmo se acabaram. Afirma-se que, na época, a grita foi imensa criticando aquele "crime" cometido contra o patrimônio público.

Foi então que me aconteceu o inesperado... Vi-me — "mais-do-que-de-repente" — premiado com uma eleição para Deputado Estadual, pela legenda do Partido de Representação Popular.

O acontecimento, no que me diz respeito, repercutiu como autêntica "zebra" (no jogo das eleições — como se diria hoje) pois nem eu mesmo acreditava na minha eleição, aliás, conseguida *sem gastar absolutamente nada,* o que marcou (cumpre não esquecer) acontecimento talvez único neste *pais de eleições arquimilionárias.*

Refeito do "impacto" da eleição inesperada, adentrava eu, pela primeira vez na vida, em uma Casa Legislativa (pois saíamos de longo periodo ditatorial) e logo para tomar posse de uma cadeira e exercitar um mandato popular...

Votada a Constituição Estadual de 23 de junho de 1947, iniciava-se o período legislativo ordinário, com os representantes cearenses levantando discursões sobre os mais variados assuntos de interesse das respectivas regiões.

Recordo-me que um dos Deputados da região central do Estado (não posso precisar o nome) se referiu ao *impasse* do Orós. Na ocasião foi lembrada aquela imagem do grande jornalista e político Demócrito Rocha, que assemelhava o rio Jaguaribe a uma "artéria aberta por onde escorria e se perdia o sangue do Ceará".

Foi então que eu me lembrei de solicitar aos Poderes Públicos que colocassem também outra "pinça hemostática" no Acaraú... Na sessão ordinária de 22 de outubro de 1949 consegui a aprovação de um requerimento através do qual a Assembléia Legislativa suscitava à Presidência da República, ao Ministério da Viação e Obras Públicas e às Bancadas Federais do Ceará no Senado e na Câmara que provocassem a retomada dos estudos relacionados com a construção daquela barragem no segundo rio mais importante do Ceará.

O discurso que pronunciei em apoio ao requerimento aprovado foram ambos (discurso e proposição) publicados na *Gazeta de Notícias,* de 27 de outubro de 1949, sob o título de IMPORTANTE REIVINDICAÇÃO PARA A ZONA NORTE, contendo como subtítulo: OPORTUNO DISCURSO DO DEPUTADO ARISTIDES RIBEIRO, PEDINDO A CONSTRUÇÃO DO AÇUDE

SANTA CRUZ, pois era esse o nome pelo qual o futuro "açude" era mais conhecido na época e entre os santacruzenses.

Dentre os comentários que aduzi naquele meu discurso, destaco apenas estes dois tópicos: POR ESSES DADOS, GUARDADES DE MEMORIA (referia-me, de maneira especial, à capacidade de cerca de um bilhão de metros cúbicos, apenas), Srs. DEPUTADOS, PODEMOS CALCULAR A GRANDIOSIDADE DO EMPREENDIMENTO QUE DORME O SONO DO ESQUECIMENTO. E acentuava: O DESCASO É TÃO GRANDE QUE, NO CEARÁ, POUCA GENTE SABE QUE JÁ FOI OBJETO DE ESTUDOS ACURADOS UMA OBRA DE TAL MAGNITUDE.

A manifestação da Assembléia Legislativa, junto aos altos escalões da República, obteve a devida receptividade.

Tanto isso é verdade, que o jornal sobralense *Correio da Semana*, na sua edição de 03 de dezembro de 1949, registrava, sob o título de AÇUDE SANTA CRUZ, as seguintes informações mais detalhadas: "Em resposta ao requerimento de iniciativa do Deputado Aristides Ribeiro, sobre a reabertura dos estudos do Açude Santa Cruz, a Assembléia Legislativa do Ceará recebeu comunicação do Senador Plínio Pompeu, de que havia incluído no Orçamento Federal para 1950 a quantia de Cr$ 300.000,00 destinada ao reinício dos estudos relativos àquele futuro reservatório".

Desta sorte foi, graças à prestimosidade do eminente Senador Plínio Pompeu, que a barragem do "Araras" obteve o primeiro impulso concreto para a sua construção, porque teve por fundamento uma dotação orçamentária com aquela finalidade.

É bem verdade que o meu pedido, embora prioritário, teria continuado no mesmo "sonho-de-verão", se não tivesse contado com o decidido amparo orçamentário do Senador sobralense. Agradeço aos conterrâneos de Reriutaba o *alerta* com que me previnem para *restabelecer a verdade histórica* sobre as demarches finais que conduziram à realização da segunda maior barragem do Ceará, evitando que outras pessoas, depois de tantos anos, pretendam se atribuir o mérito (pequeno, mas real) de haver provocado o impulso decisivo para que aquele letárgico "sonho-de-verão" se transformasse em realidade.